



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1636041 - GO (2019/0367532-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS - GO026634
AGRAVADO : VIRMONTES DONIZETTE FERREIRA DE SA
ADVOGADOS : LUCIANO MONTEIRO LIMA - GO020144
DIOGO CAMPOS VIEIRA - GO023869

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/15). AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATO JURÍDICO PERFEITO. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO NESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA: PRECLUSÃO. PRELIMINARES DE CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA. PREJUDICIAL DE MÉRITO DE PRESCRIÇÃO.BTN COMO FATOR DE CORREÇÃO. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO DO RÉU À RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO A MAIOR.

TERMO INICIAL E ÍNDICE DA CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS INDEVIDOS. 1. Considerando que não houve recurso da decisão que ordenou ao réu a apresentação dos documentos solicitados pelo autora tempestivamente, operou a preclusão (art. 473 do CPC/73, aplicável ao caso por força do princípio tempus regit actum, que encontra correspondência no art. 507 do CPC/2015). 2. É possível revisar os contratos firmados com instituições financeiras para afastar eventuais ilegalidades, sendo irrelevante que já tenham se findado. 3. Não há que falar-se em cerceamento de defesa quando o conjunto probatório é robusto e suficiente para a formação da convicção do julgador, que é o destinatário imediato da prova. 4. Como o pedido inicial é de devolução de valor pago a maior, aplica-se ao prescricional vintenário (art. 177, CC/1916). Logo, considerando que os contratos 88/00017-6, 87/00285- tiveram seus vencimentos em 30/06/1990 e 14/07/1990, respectivamente, vê-se, à luz da referida regra de transição, que os correspondentes lapsos prescricionais, porque não interrompidos, chegaram ao seu termo final em 30/06/2009 e 14/07/2009. E, como esta ação foi ajuizada em 11/03/2010, após, portanto, do transcurso de 20 (vinte) anos, encontra-se prescrito o direito autoral concernente a essas cédulas rurais. Já em relação aos contratos 88/0617-4, 88/01187-9, 88/01443-6, a previsão de vencimento era a data de 21/08/1992. Assim, os lapsos prescricionais somente chegariam ao seu termo final em 21/08/2012, motivo pelo qual não há falar em prescrição, para esses contratos, já que a ação foi ajuizada antes do transcurso de 20 (vinte) anos. 5. Segundo precedentes desta Corte e do STJ, nas cédulas de crédito rural com correção monetária atrelada aos índices remuneratórios da caderneta de poupança, aplica-se o BTNF de 41,28% em março de 1990. De tal modo, não merece reparos a sentença, pois os pactos subexamine foram atualizados por índice superior (84,32%, IPC) ao legalmente previsto, o que caracteriza o pagamento indevido, suficiente a ensejar a restituição, máxime porque, conforme é sabido, a repetição do indébito é cabível sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro. 6. A correção monetária do valor devido ao autor deve ocorrer com base no INPC, a partir da data do desembolso. Precedentes. 7. Em caso de repetição de indébito,

não incidem juros remuneratórios sobre os valores a serem restituídos, já que estes são encargos eminentemente contratuais, cabendo somente juros de mora, à taxa legal. Apelações cíveis desprovidas. (e-STJ, fls. 659/660)

Os embargos de declaração não foram opostos.

Nas razões do recurso especial a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: ao artigo 6º, § 1º, do Decreto -Lei n. 4.657/42; aos artigos 17, 485, inciso VI, do Código de Processo Civi; aos artigos 4º, incisos VI, e 9º da Lei n. 4.595/64,69, §§ 1º e 2º; ao artigo 20 da Lei n. 8.024/90 e 6º da Lei n. 8.088/90

Sustenta que "se o contrato foi quitado/extinto, conseqüência irrefutável é o pleno exaurimento das cláusulas contratuais, acarretando, portanto, a absoluta desoneração das partes em relação às respectivas obrigações previstas na avença, pelo que não subsiste o interesse processual a embasar o petitório de repetição de indébito" (e-STJ, fl. 681).

Defende ainda que "em relação às cédulas rurais que possuíam a correção monetária com base no mesmo índice de correção das cadernetas de poupança, o IPC é o índice de atualização adequado em relação ao mês de março de 1990 pelo IPC" (e-STJ, fl. 686).

É o relatório.

Atendidos os pressupostos de conhecimento do agravo em recurso especial, passo à análise do recurso especial.

No que se refere à violação ao artigo 4º, incisos VI, da Lei n. 4.595/64; e ao artigo 20 da Lei n. 8.024/90, verifica-se que não foi apreciada pelo acórdão recorrido, não tendo sido suscitada nem mesmo nas razões dos aclaratórios, estando ausente o indispensável debate prévio.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao

apelo excepcional, incidindo. O óbice da Súmula nº 282 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 504.917/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015 - g.n.)

Ressalta-se, por oportuno, que "à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumprasse asseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o

acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo “*da mihi factum dabo tibi ius*”, como fora feito nos presentes autos.

De outra parte, assevera o agravante que a alegada contrariedade do art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga LICC), possui como fundamento legislação infraconstitucional.

Sabe-se, por isso, que o Superior Tribunal de Justiça entende que os princípios contidos no referido dispositivo - direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada - assumiram contornos nitidamente constitucionais, razão pela qual não podem ser objeto de recurso especial, sob pena de, se analisados, ferir-se a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal.

Nesse sentir:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARTIGO 6º DA LICC. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. IRRETROATIVIDADE DA LEI 9.656/98. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. RENOVAÇÃO DO CONTRATO NA VIGÊNCIA DO CDC. INCIDÊNCIA DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA.

1.- Inexiste omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de

Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela parte recorrente.

2.- A matéria contida no art. 6º da LICC (atual LINDB) tem índole constitucional, razão pela qual é vedada a análise em Recurso Especial.

3.- "Embora a Lei 9.656/98 não retroaja aos contratos celebrados antes de sua vigência, é possível aferir a abusividade de suas cláusulas à luz do Código de Defesa do Consumidor, ainda que tenham sido firmados antes mesmo de seu advento." (AgRg no REsp 1260121/SP) 4.- Agravo improvido.

(AgRg no AREsp 327.547/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013 - g.n.)

Por fim, quanto às demais alegações do agravante, o Tribunal de origem ponderou que:

No que se refere à tese de ser impossível a revisão de contratos já extintos/quitados, por se tratar de ato jurídico perfeito, tenho que não merece prosperar. Isso porque não há no ordenamento jurídico vedação quanto à pretensão deduzida pelos autores, qual seja, a de restituição dos valores cobrados a maior, mesmo que os contratos já tenham sido quitados ou liquidados. O que não está expressamente vedado não pode ser tachado de juridicamente impossível. Logo, inexistindo negativa expressa acerca da possibilidade do ajuizamento de ação visando à restituição de valores pagos indevidamente, não há falar em carência do direito de ação. Ao contrário do que alega o Banco réu/primeiro apelante, a correção monetária do valor devido ao apelado deve ocorrer com base no INPC, a partir da datado desembolso (cf. TJ/GO, 12 Câmara Cível, AC n. 507771-79.2007.8.09.0137, Rel.Des. Orloff Neves Rocha, DJe de 22/11/2018; TJ/GO, 2a Câmara Cível, AC n. 449460-27.2009.8.09.0137, Rel. Des. Carlos Alberto França, DJe de 07/11/2018; TJ/GO, 1ª Câmara Cível, AC n. 51000-73.2012.8.09.0137, Rel. Des. Luiz Eduardo de Sousa, DJe de 06/12/2018), exatamente como restou decidido na sentença de primeira instância. (e-STJ, fls. 653/656 - grifou-se)

Nesta perspectiva, o fundamentado do acórdão recorrido, foi no sentido de

que a correção monetária do valor devido deve ser feita com base no INPC, como decidido em primeira instância também. E o pedido realizado não pode ser tachado como juridicamente impossível.

Logo, rever tal fundamento demandaria o reexame de matéria probatória, inadmissível na via eleita, conforme preceitua a Súmula 7 desta Corte.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator